



Educação Antirracista para o Patrimônio: uma proposta insurgente em favor das vidas negras

Elison Paim

Pós-doutor pelo Instituto Superior de Ciências da Educação (Isced), Lubango, Angola
Professor Associado da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis,
Santa Catarina, Brasil

<https://lattes.cnpq.br/8695520812750828>



Valdemar de Assis Lima

Doutor pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa
Catarina, Brasil

Professor da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/728959411248544>

Submetido em: 01/06/2023. **Aprovado em:** 13/08/2024. **Publicado em:** dd/mm/aaaa.

RESUMO

A luta contra o racismo inclui medidas importantes como a construção dialógica de políticas efetivamente antirracistas de educação para as diferenças, no combate a estereótipos e estigmatizações que criem oportunidades para pessoas que, em função da sua origem racial, historicamente, são atacadas pela colonialidade. É essencial reconhecer que o combate ao racismo implica na busca por uma coexistência justa e inclusiva que respeite e valorize as diferenças. Para uma sociedade igualitária, se requer uma mudança estrutural para superar o racismo em todas as suas formas. O presente artigo se corporifica no debate sobre a qualificação das relações étnico-raciais a partir de uma modalidade de projeto educativo-cultural sociorreferenciado como estratégia de aquilombamento que promova reflexão crítica sobre patrimônio, memória e educação, na perspectiva antirracista. A metodologia utilizada é qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e pesquisa ação na ensejando a análise de políticas públicas de salvaguarda e a relação estabelecida entre sujeitos de cultura e o patrimônio cultural no contexto educacional para o uso político desse patrimônio em perspectiva holística.

Palavras-chave: antirracismo; educação; patrimônio cultural; interculturalidade crítica; memória.

INTRODUÇÃO

Pedimos licença às nossas mais velhas, aos nossos mais velhos (fisicamente ou em solene memória) e a todas, todes¹ e todos vocês, para falarmos de educação antirracista como um dispositivo de saberes insurgentes, entendendo que temos, como educadores antirracistas brasileiros, uma responsabilidade ancestral de nos agenciar - e provocarmos as pessoas a se agenciarem - na erradicação do racismo, sob a égide do esperar de um projeto biófilo de país, tendo presente o antirracismo não como uma ação pontual, mas, como um devir. É nesse sentido, também, que apontamos a importância de compreendermos o conceito de aquilombamento na perspectiva apresentada pela educadora Stéfane Souto com base no pensamento da historiadora Beatriz Nascimento (1989). Souto (2020) nos explica que “aquilombar-se é o movimento de buscar o quilombo, formar o quilombo, tornar-se quilombo (p. 141). O que implicaria na assunção de uma “postura de resistência contra-hegemônica a partir de um corpo político” (p. 141).

Em seus estudos das relações étnico-raciais no Brasil, Beatriz Nascimento (1989) sinaliza para o caráter ideológico do quilombo, como espaço gregário e de resistência, que extrapola a ideia localizada no período colonial e assume a forma de articulações sociopolíticas de resistência e defesa da vida de qualidade socioreferenciada para grupos que sofrem tentativa de aniquilamento por parte da colonialidade do poder, uma padronização de poder que resulta do

[...] colonialismo moderno, mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se relaciona à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. Assim, apesar do colonialismo preceder a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. Ela se mantém viva em textos didáticos, nos critérios para o bom trabalho acadêmico, na cultura, no sentido comum, na auto-imagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em muitos outros aspectos de nossa experiência moderna. Neste sentido, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente. (Maldonado-Torres, 2007, p. 131).

Assim, no centro dessa roda sentipensante que ambienta o nosso insurgente debate, está a decolonialidade pautando nossa abordagem sobre educação, patrimônio e memória, em um país que estrutura as relações de poder a partir do racismo. E a decolonialidade como ativismo, por sua vez, lança mão da interculturalidade crítica porquanto tecnologia epistemológica para a transformação social, reafirmando o seu comprometimento político-pedagógico antirracista em defesa e em apoio às vidas negras e suas estratégias de

1 O uso do termo “todes” neste artigo reflete uma escolha consciente de adotar uma linguagem neutra em termos de gênero. Em português, o uso do masculino plural como forma padrão para se referir a grupos de pessoas é comum, mas invisibiliza aqueles que não se identificam dentro da norma binária de gênero. A adoção de “todes” tem como objetivo acolher pessoas, promovendo a inclusão e o respeito à diversidade. Esse uso é parte de um movimento crescente dentro de diversas áreas acadêmicas e sociais, buscando adequar a linguagem à realidade contemporânea, mais plural e diversa.

resistência, resiliência e de luta pelo direito humano de ser e estar no mundo. Segundo a Lei de n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu art. 1º, a Educação diz respeito aos

[...] processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Em seu texto *Desafios da educação de adultos ante a nova reestruturação tecnológica* o educador Paulo Freire, afirma que “A educação é sempre uma certa teoria do conhecimento posta em prática [...]” (2003, p. 40), sendo o conhecimento, aqui, compreendido como processo social criado por meio da ação-reflexão transformadora dos humanos sobre a realidade. Freire afirma que há uma educação geral e uma educação específica. Como nos explica o também educador José Junio da Costa, Freire define educação geral como “[...] uma concepção filosófica e/ou científica acerca do conhecimento colocada em prática”; já a educação específica seria “[...] o processo constante de criação do conhecimento e de busca da transformação-reinvenção da realidade pela ação-reflexão humana” (Costa, 2015, p. 85). Com base em tais postulados, entendemos que Educação é um conjunto de diferentes espaços de convívio social para a inserção e inclusão da/o sujeita/o educanda/o na vida em sociedade.

METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO APRESENTADO

Como podemos pensar em patrimônio, educação e em memória a partir de distintos localismos de enunciação? Esse nos parece um ponto nevrálgico de reflexão da interculturalidade crítica uma vez que, no Estado estruturalmente racista, as iniciativas de valorização e salvaguarda do patrimônio e da memória, partem de uma lógica moderno-colonial de poder hegemônico branco que elege o que é ou não digno de políticas de salvaguarda, que determina o que deve ser relegado à estigmatização e à descaracterização e o que deve ser consagrado como digno de preservação e difusão. A mesma colonialidade que, como nos lembra Anibal Quijano (2007), se constitui como “elemento específico do padrão de poder capitalista” que é sustentado pela

[...] imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos da existência social, cotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América”. (Quijano, 2007, p. 84).

Sendo educação, patrimônio e memória, campos de disputa, a proposição de uma Educação Antirracista para o Patrimônio (EAPP) se configura como uma insurgência civil, como uma estratégia política educacional na luta antirracista que objetiva inserir as questões

das relações étnico-raciais no debate sobre as funções sociais e responsabilidades da educação para o patrimônio, bem como debater as bases teórico-metodológicas dessa proposta, apontando os mecanismos educativo-culturais que a consubstanciam e situando o patrimônio cultural no âmbito do debate sobre políticas de promoção da justiça racial no país.

Entendendo como opera a colonialidade do poder no campo do patrimônio cultural e observando como funciona a engenharia de um grupo hegemônico nesta seara, é necessário criarmos mecanismos de enfrentamento que se contraponham à lógica necrófila da modernidade/colonialidade que elege e legitima o que deve ou não ser considerado patrimônio; que define o que é memória; que conceitua educação - estabelecendo a baliza para a sua gestão - bem como, determina quais iniciativas de natureza cultural são dignas ou não de políticas de fortalecimento, proteção e expansão.

Propondo-se a atuar eficaz, eficiente e efetivamente contra toda e qualquer forma de discriminação ou opressão racial, a EAPP se agênciava na promoção da justiça sociorracial e, por conseguinte, de igualdade; ao tempo em que valoriza a produção cultural de matriz negra, reconhecendo e celebrando as expressões criativas do sentipensamento² (Fals Borda, 2012, 2015) das comunidades negras, respeitando e garantindo o seu espaço e favorecendo sua fruição. Isso significa oferta de oportunidades para que pessoas negras que atuam como artistas, brincantes, produtoras/es culturais, mestras/es de saberes e fazeres, acessem recursos, financiamentos e plataformas necessários para produzirem, divulgarem e compartilharem seu trabalho e para serem (re)conhecidas em suas áreas de atuação.

A iniquidade do projeto moderno-capitalista se empenha em esvaziar de humanidade, pessoas que não se enquadram em uma lógica “[...] patriarcal capitalista supremacista branca [...]”, como denuncia a professora bell hooks (2018). Assim, precisamos operar nas brechas desse monólito branco, atuando nas brechas, sim, nas gretas que “[...] desafiam, transgridem, interrompem e deslocam o sistema dominante [...]” (Walsh, 2019, p. 106) e que “[...] representam a resistência de sobreviver em terrenos inóspitos e mostram a capacidade de fazer germinar apesar das adversidades [...]”.

Há uma batalha entre um projeto burguês de educação (que é o projeto hegemônico vigente) e um projeto decolonial de caráter político. A educação se constitui em espaço de luta, de modo que o atual bloco hegemônico não será superado sem uma educação antirracista das relações étnico-raciais. Esse projeto burguês é, sobretudo um projeto racista que antecipa biografias de pessoas negras, ou seja, pré-estabelecem o destino de vidas negras desde o sei

2 O sociólogo Orlando Fals Borda aprendeu esse conceito com comunidades ribeirinhas na costa atlântica colombiana enquanto desenvolvia suas pesquisas cuja abordagem, conhecida como “Investigação-Ação Participativa” (IAP) ou “Pesquisa-Ação Participativa” (PAP), visa envolver as comunidades locais na pesquisa e no processo de tomada de decisões sobre questões que afetam suas vidas. Sentipensar é um conceito que integra o sentir (emocional) e pensar (racional), buscando enfatizar a indissociabilidade entre ambas as dimensões humanas no processo de apreensão da realidade a partir das experiências vividas e na tomada de decisões. Para maior compreensão sobre o conceito, recomendamos FALS BORDA, Orlando. Una Sociologia sentipensante para a América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2015. CAMPIOLLO, Francielli. O que faz pensar, o que faz sentir – A retórica de Eduardo Galeano na revista brasileira Atenção! (1995-1997). 2018. 225 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

nascimento e, nessa perspectiva, também atua no ataque às subjetividades e na destinação de corporeidades negras a um lugar negativamente valorado na vida em sociedade ou ao que o psiquiatra e filósofo Franz Fanon denomina de “[...] zona do não-ser” (2008, p. 26).

Assim, uma educação antirracista para o patrimônio se opõe à colonialidade do poder e se insurge a partir de um projeto de gestão em oposição a esse poder hegemônico que tenta desqualificar pessoas negras, para submeter, agredir, estuprar, incendiar, matar subjetividades, dignidades, vidas. Mais do que atribuir um discurso legitimador, o poder hegemônico monopoliza essas políticas. Por isso, como aponta o advogado e filósofo Silvio Almeida, não podemos nos contentar em atacar o racismo a partir de casos individuais, mas sim, atuar no sistema político que o sustenta. Não se trata de apontar como o racismo é danoso para as pessoas pretas, mas, sim, como o racismo interfere na construção de subjetividades de pessoas brancas, negras e indígenas. (Almeida, 2020)

Assim, para a efetivação da EAPP a metodologia é a qualitativa, buscando entender a possibilidade de letramento racial crítico a partir do patrimônio cultural em seu contexto de uso político e com base em revisão bibliográfica como instrumental político-epistemológico necessário para fundamentação de debates e observações críticas. Destarte, estamos em sinergia com a Pedagogia das Encruzilhadas, proposta pelo pedagogo e professor Luiz Rufino, que traz o conceito de cruzo como “[...] reivindicação da não pureza, dos efeitos de *Enugbarijó* (Boca que tudo come) e das sabedorias de frestas, aquelas que operam nas fronteiras e nos vazios deixados pelo poder colonial.” (Rufino, 2019, p. 271)

Também dialogando com a arte educadora e professora Denise Grinspum que, em sua investigação sobre educação para o patrimônio, discorre sobre um conjunto de mediações possíveis que propiciam leitura e interpretação do ambiente natural ou edificado, de objetos de coleções dos museus, dentre outros bens culturais, em sua polissemia, estimulando as pessoas a exercerem “[...] a cidadania e a responsabilidade social de compartilhar, preservar e valorizar patrimônios com excelência e igualdade.” (Grinspum, 2000, p. 59). A EAPP também se estriba na experiência de uso social da memória do Museu de Rua, iniciativa proposta pelo museólogo, arquiteto e artista Julio Abe Wakahara³, que pretende o fortalecimento de subjetividades a partir da educação sensível do olhar das pessoas para si mesmas enquanto patrimônio, em sua dinâmica de vida, nos lugares em que atuam cotidianamente nos quais também mobilizam seus saberes, sentires e fazeres e onde experimentam a vida, bem como, constroem, dão sentido e ressignificam suas práticas e narrativas de vida.

A operacionalidade da EAPP, portanto, se ocupa de uma pedagogia antirracista de fruição patrimonial, partindo de três ideias-força: o aprender fazendo, a interculturalidade crítica e a saúde cultural (Costa, 2012). Aprender fazendo: um princípio de pedagogia decolonial, relacionando saberes e fazeres, tomando educação como um processo de ensino-aprendizagem da e para a vida; Interculturalidade crítica: uma atitude política que se preocupa com o desenvolvimento humano socio referenciado, tomando a diferença

3 Museu rompe as quatro paredes: está nas ruas. Boletim do SPHAN n.º 03 MÊS NOV./DEZ. Ano 1979 (p. 5)

como um direito e uma vantagem social e, saúde cultural: um viver saboroso⁴ mediante a percepção aquilombada do valor dos bens culturais que compõem o seu patrimônio, garantido, sobretudo, às pessoas que sofrem tentativas de subalternização. Um subsídio e estímulo para que essas pessoas enfrentem a opressão racista e defendam uma qualidade de vida “[...] na qual o afeto catalisador, a memória afetiva e a autoestima elevada são fundamentos de base para obtenção da saúde integral”. (Costa, 2012, p. 91) e na museologia da saúde, conceito postulado pelo museólogo e educador Pedro Litwin, que diz respeito ao diálogo entre uso social da memória e a saúde pública: uma cultura museológica da saúde que parte de ações e processos educativo-culturais.

A vida⁵ da EAPP é insuflada pela ideia de aquilombamento como lugar de articulação afetivo-político-epistemológica, de trocas simbólicas e intercâmbio de experiências, que trata a pessoa negra como vida e não apenas como tema de pesquisa; e na filosofia ubuntu como repositório ético dessa proposta antirracista. No artigo *Patologia social do branco brasileiro* (1955), o sociólogo e político Alberto Guerreiro Ramos estabelece uma distinção entre duas leituras sobre a pessoa negra que implicaria gravemente em como a pessoa negra é lida e representada na pesquisa científica e nas relações interpessoais. Ramos afirma que:

Há o tema do negro e há a vida do negro. Como tema, o negro tem sido, entre nós, objeto de escarpelação perpetrada por literatos e pelos chamados “antropólogos” e “sociólogos”. Como vida ou realidade efetiva, o negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe têm permitido as condições particulares da sociedade brasileira. Mas uma coisa é o negro-tema; outra, o negro-vida.

O negro-tema é uma coisa examinada, olhada, vista, ora como ser mumificado, ora como ser curioso, ou de qualquer modo como um risco, um traço da realidade nacional que chama a atenção.

O negro-vida é, entretanto, algo que não se deixa imobilizar; é despistador, profético, multiforme, do qual, na verdade, não se pode dar versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje (Ramos, 1955, p. 215).

Aqui, Ramos chama a atenção para a dimensão humana como valor central e, a partir disso, a necessidade de se buscar a dignidade e o respeito aos direitos humanos das vidas negras.

A perspectiva antirracista da EAPP defende que pessoas negras sejam tratadas como de fato são: seres humanos plenos, com igual valor e dignidade a todas as outras pessoas em sua integridade, assegurando o direito de acesso ao patrimônio cultural que

4 Inspiramo-nos, aqui, no “viver sabroso” conceito das comunidades rurais colombianas, da qual a vice-presidenta da Colômbia, Francia Márquez é oriunda e que se contrapõe a ideia extrativista e epistemicida de progresso, que não respeita as comunidades, o cuidado com a terra e com o meio ambiente. Em reportagem da CNN Español, Márquez diz: “Para el pueblo negro en sus entrañas, en nuestra identidad étnica y cultural, se refiere a vivir sin miedo, se refiere a vivir em dignidad, se refiere a vivir com garantía de derechos”. Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2022/06/22/vivir-sabroso-francia-marquez-colombia-que-es-orix/>, acessado em 28 de julho de 2023, às 23h10

5 Utilizamos “vida” em substituição a “tema” numa alusão ao debate promovido pelo sociólogo e político Alberto Guerreiro Ramos (1955).

também lhes constitui a subjetividade e, nesse respeito, reconhece e valida a multiplicidade de experiências, para que essas pessoas também possam ter espaço para expressão - individual ou coletiva - das suas vozes e das suas diferentes mundividências.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O sociorreferenciamento da EAPP implica na luta por direitos civis de pessoas negras, na igualdade de oportunidades, na justiça criminal e no estímulo à criação de políticas públicas culturais respectivas às questões raciais. Essa abordagem busca, não apenas requalificar as condições materiais de existência da população negra, mas também a radical reconfiguração das estruturas sociopolíticas do país a fim de que assegurem a inclusão, a inserção e o fortalecimento das subjetividades dessa população, do seu lugar de fala e, como afirma FANON, “[...] falar é existir completamente para o outro [...]” (Fanon, 2008, p. 33). Isso implica reconhecer e combater as desigualdades sistêmicas e estruturais que afetam as pessoas negras no Brasil e o que elas produzem no âmbito cultural, além de promover a valorização e a celebração da diferença como vantagem pedagógica, como postula a educadora argentina Delia Lerner (2007, p. 7) e não como um problema a ser combatido. Igualmente participe dessa reflexão, a pedagoga e pesquisadora em educação, Vera Candau (2012), nos chama a atenção para a interculturalidade como proponente da construção de sociedades justas e inclusivas, nas quais as diferenças culturais são valorizadas e as relações entre os grupos são baseadas no respeito mútuo, na igualdade de direitos e oportunidades, e na busca por uma convivência harmoniosa e enriquecedora. Para Candau,

[...] a interculturalidade aponta à construção de sociedades que assumam as diferenças como constitutivas da democracia e sejam capazes de construir relações novas, verdadeiramente igualitárias entre os diferentes grupos socioculturais, o que supõe empoderar aqueles que foram historicamente inferiorizados (Candau, 2012, p. 244).

Entendida como um processo permanente e sistemático de trabalho educacional participativo e provocador da autonomia das/os sujeitas/os educandas/os, a EAPP se configura um meio pelo qual, grupos insurgentes coletivamente inventariam, usufruem e fluem o patrimônio cultural que lhe é identitário e, a partir da fruição da memória, mais do que conhecimento, produzem sentidos para o existir, produzem vida.

Muito mais do que o respeito às diferenças, entendemos que o antirracismo implica no empenho pela transformação da estrutura social e política que gere o país e sua governança, com vistas à transformação social das vidas de quem, diuturnamente, sofre as ameaças e as violências do ódio branco, a exemplo do que revela o Atlas da Violência 2020⁶, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). São dados escandalosos sobre a precarização da vida da população

6 Relatório completo do Atlas da Violência 2020, disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3519-atlasdaviolencia2020completo.pdf>.

negra: pessoas negras constituem 75% das vítimas de homicídio nesse país; as chances de suicídio são 45% maiores entre a juventude negra brasileira; no Brasil apenas 7% entre as pessoas negras tem ensino superior completo, são graves constatações que ilustram essa bioprecarização a qual nos referimos.

Assim a aplicação de uma política de EAPP pretende participar objetivamente na transformação social, na oferta de uma tecnologia educativo-cultural que promova a educação sensível do olhar das pessoas para a memória com vistas ao letramento racial e, portanto, ao enfrentamento das violências que atingem, diuturnamente, as vidas negras brasileiras na América Latina (Gonzalez, 1988), conceito a partir do qual a filósofa e antropóloga Lélia Gonzalez preconiza uma perspectiva insurgente e criativa na abordagem histórico-cultural brasileira que

[...] por razões de ordem geográfica e, sobretudo, por razões de ordem do inconsciente não vem a ser o que geralmente se afirma: um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente europeias, brancas. Ao contrário, ele é uma América Africana, cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o “t” pelo “d” para, aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: América Latina (Gonzalez, 1988, p. 33).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, trazemos algumas perguntas que ecoam na indignação de cada pessoa no Brasil que conseguiu desenvolver uma consciência negra a partir do letramento racial, a saber, A quem interessa a morte de pessoas negras no Brasil? Iguamente, que interesse necrófilo motivou o assassinato da socióloga e parlamentar Marielle Franco? Porque ainda seguimos perguntando onde está o Amarildo Dias de Souza, que está desaparecido desde o dia 13 de julho de 2013? Mais do que o rigor da lei sobre aqueles que ceifam vidas negras, nos interessa a destruição cabal do racismo que estrutura as relações de poder e interfere nas subjetivações.

Nossa luta pelas vidas negras tem, pelo menos, três séculos de história: é grande, é árdua, mas nós a travamos em articulação, em um processo de compartilhamento de identidades e de vinculação com a sabedoria ancestral fundamenta na filosofia Ubuntu que, como nos aponta o filósofo Jean Kashindi (2015, p. 1), se firma em três postulados éticos, a saber, (1º) “[...] todas as pessoas são valiosas em si mesmas, motivo pelo qual ninguém pode ser considerado como inútil na sociedade”; (2º) sendo todas intrinsecamente valiosas “[...] segue-se que são sujeitos, isto é, agentes que podem e devem incidir na sociedade na qual vivem” e (3º) “[...] no horizonte do Ubuntu, os sujeitos são como tais pela relação intrínseca e imprescindível que têm com os outros *lato sensu*, daí a intersubjetividade inerente e constitutiva das pessoas”.

Destarte, entendemos que a EAPP é também uma estratégia de aquilombamento e que nos aquilombar é fundamental em nossa luta por justiça sócio-histórica, somando

forças para o enfrentamento e superação do racismo. Nos aquilombando somos e somamos resistência e resiliência diante do poder hegemônico supremacista branco que quer aniquilar a população negra nesse país e quem tiver a coragem antirracista de ter ética numa sociedade sob o signo do cinismo, que se aquilombe conosco. Subjetividades negras importam! *Adupé!*

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **Racismo Estrutural**. In: ALMEIDA, S. (coord.). Coleção Feminismo Plurais. São Paulo: Jandaíra, 2020. (Selo Sueli Carneiro).

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, [1996].

CANAU, V. M. F. Diferenças, Educação Intercultural e Decolonialidade: temas insurgentes. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 13, n. especial, p. 678-686, dez., 2012.

CANAU, V. M. F. Fertilizando a construção de saberes e práticas na área de educação. In: ORTEGA-CAICEDO, A.; LANG, M. (ed.). **Gritos, Grietas y siembras de nuestros territorios del sur**: Catherine Walsh y el pensamiento crítico-decolonial en América Latina. Ecuador: Abya-Yala, 2020. p. 147-155.

COSTA, H. H. F. G. Museus fazem bem à saúde?: uma tese sobre museu e saúde na sociedade do século XXI. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [s. l.], v. 9, n. 17, p. 147-157, jan./jul. 2020.

COSTA, H. H. F. G. Museologia e patrimônio nas cidades contemporâneas: uma tese sobre gestão de cidades sob a ótica da preservação da cultura e da memória. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 87-101, jan./abr. 2012.

COSTA, H. H. F. G. Culturas urbanas: identidades e diversidades. In: Cidade & Memória na globalização: **Atas do Seminário das Mercocidades**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 2000.

COSTA, J. J. S. A educação segundo Paulo Freire: uma primeira análise filosófica. **Theoria** - Revista Eletrônica de Filosofia da Faculdade Católica de Pouso Alegre, Minas Gerais, v. 7, n. 18, p. 72-88, 2015.

FALS BORDA, O. El problema de cómo investigar la realidad para transformarla por la praxis. In: HERRERA, Nicolás Armando Farfán; LÓPEZ, Lorena Guzmán (org.). **Ciencia, Compromiso y Cambio Social**. Textos de Orlando Fals Borda. 1. ed. Buenos Aires: El Colectivo – Lanzas y Letras (Colección Pensamiento Latinoamericano), 2012. p. 221-249.

FALS BORDA, O. **Una Sociología sentipensante para a América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2015.

FANON, F. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Salvador: EdUFBA, 2008.

FREIRE, P. Desafios da educação de adultos ante a nova reestruturação tecnológica. *In: Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora Parma LTDA, 2003. p. 40-47. (Coleção Prismas). Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Paulo-Freire-Pedagogia-da-indigna%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GRINSPUM, D. **Educação para o Patrimônio**: Museu de Arte e Escola. Responsabilidade compartilhada na formação de públicos. 2000. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2000.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução: Ana Luiza Libâneo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

IHU On-Line. Metafísicas Africanas - Eu sou porque nós somos. Entrevistado: KASHINDI, J. B. K. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, ano 15, n. 477, p. 85-93, nov. 2015. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6252-jean-bosco-kakozi-kashindi>. Acesso em: 28 jul. 2023.

LERNER, D. Enseñar em la Diversidad. **Lectura y Vida**, Buenos Aires, Argentina, v. 26, n. 4, 2007.

LIMA, V. A. **A educação museal no pensamento museológico contemporâneo**: musealidade da educação e delineamentos para uma proposta política educacional a partir do uso social da memória. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

LIMA, V. A. Pensamento decolonial: fundamento ético-epistemológico para a luta antirracista na construção de um sistema-mundo biófilo. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [s. l.], v. 11, n. 22, p. 64–78, 2022. DOI: 10.26512/museologia.v11i22.43498. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/43498>. Acesso em: 28 jul. 2023.

LITWIN, P. C. Museologia da saúde: o pensamento museológico decolonial e a função social dos museus na saúde pública. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, [s. l.], v. 17, n. 6, p. e7459, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.6-133.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. *In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (ed.). El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, 2007

NASCIMENTO, B. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. *In: RATTTS, A. Eu souatlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza, 1989.

OLIVEIRA, E. P.; LIBERALI, F. C. Práticas translíngues como instrumento decolonial para alargar gretas. **DELTA: Documentação de estudos em lingüística teórica e aplicada**, [s. l.], v. 39, n. 1, p. 1-31, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-460X202359765>. Acesso em: 28 jul. 2023.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social; CASTRO-GOMES, S.; GROSGOUEL, R. (org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica, mas allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del hombre editores, 2007.

RAMOS, A. G. Patologia social do branco brasileiro. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, jan. 1955.

RUFINO, N. Pedagogia das Encruzilhadas - Exu como educação. **Revista Exitus**, Santarém, v. 9, n. 4, p. 262-289, out./dez., 2019.

SILVA, A. C. Ideologia do Embranquecimento. In: As ideias Racistas, os Negros e a Educação. **Série Pensamentos Negro em Educação**. Florianópolis: Editora Atilénde, 2019. v. 1.

SOUTO, S. S. S. Aquilombar-se: Insurgências negras na gestão cultural contemporânea. **Metamorfose Revista Interdisciplinar de Arte, Ciência e Tecnologia**, Salvador, v. 4, n. 4, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/metamorfose/article/view/34426>. Acesso em: 1 ago. 2023.

TORRE, S. **Sentipensar: estratégias para um aprendizado criativo**. Barcelona: Mimeo, 2001.

WALSH, C. (ed.). Pedagogías Decoloniales (Tomo II). **Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re) vivir**. Ecuador: Abya-Yala, 2017. (Serie Pensamiento decolonial).

WALSH, C. Gritos, gretas e sementeiras de vida: Entreteceres do pedagógico e do colonial. In: SOUZA, S. R. M.; SANTOS, L. C. (org.). **Entre-linhas: educação, fenomenologia e insurgência popular**. Salvador: EDUFBA, 2019. v. 6, p. 93-121. (SÉRIE ENTRE-LINHAS).